

CIDADANIA, CURRÍCULO E EDUCAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO

Samuel Carlos de Souza Ferreira¹

FERREIRA. S. C. S. de. Cidadania, Currículo e Educação com participação. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 12, n. 1, p. 107-120, jan./jun. 2012.

RESUMO: Este trabalho objetiva chamar a atenção para o fato de que a escola precisa se adaptar à nova visão de sociedade sem perder o foco do ensino. A escola como uma instituição formal assumiu o papel de passar valores, cultura, educação e conhecimento. Sendo assim, a discussão em torno de cidadania, currículo e educação é algo profundo que merece atenção dos professores no que diz respeito ao planejamento de aula, uma vez que os atuais jovens apresentam pouco ou nenhum interesse em estudar e que, às vezes, consideram os conteúdos de pouco ou nenhuma utilidade em suas vidas. Entretanto, é necessário despertar nos jovens a vontade de estudar e conduzi-los pelo melhor caminho para que eles exerçam uma cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade, Cidadania, Interesse, Estudar.

CITIZENSHIP, CURRICULUM AND EDUCATION WITH PARTICIPATION

ABSTRACT: This paper aims to highlight the discussion about the fact that the school needs to adapt to the new vision of society without losing the focus of teaching. The school as a formal institution accepted the role of values, culture, education and knowledge. Therefore, the dialogue about citizenship, curriculum and education is something that deserves deep attention of teachers with regard to lesson planning, since young people have little or no interest in studying and, at times, consider content with little or no utility in their lives. However, it is necessary to stimulate in youth the desire to study and lead them on the best course, in order they

Universidade Federal de Goiás Acadêmico do Curso Bacharelado em Matemática.
ferreira.samuelcarlos@gmail.com

can exercise citizenship.

KEYWORDS: Society, Citizenship, Interest, Study.

CIUDADANÍA, CURRÍCULO Y EDUCACIÓN CON PARTICIPACIÓN

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo llamar la atención para el hecho de que la escuela necesita adaptarse a la nueva visión de sociedad, sin perder el enfoque en la enseñanza. La escuela como institución formal se hizo cargo del papel de pasar valores, cultura, educación y conocimiento. Por lo tanto, la discusión alrededor de ciudadanía, currículo y educación es algo profundo que merece atención de los profesores con relación a la planificación de clases, ya que los jóvenes, actualmente, presentan poco o ningún interés en los estudios y que, a veces, consideran los contenidos de poco o ninguna utilidad en sus vidas. Sin embargo, es necesario despertar en los jóvenes el deseo de estudiar y guiarlos por el mejor camino para el ejercicio de la ciudadanía.

PALABRAS CLAVE: Sociedad; Ciudadanía; Interés; Estudiar.

INTRODUÇÃO

A atual geração de jovens tem encontrado inúmeras dificuldades para um pleno desenvolvimento da cidadania, pois as escolas não estão conseguindo acompanhar a evolução tecnológica em que nosso mundo se encontra. O fracasso escolar em educar o indivíduo para a vida mostra que as atuais escolas não estão preparadas para criarem cidadãos aptos para o “novo mundo”.

A explosão advinda da quantidade de conhecimento que o jovem precisa adquirir enquanto se forma, tem forçado a escola a abordar questões e problemas de formas temáticas, o que funciona como um estímulo a abordagens interdisciplinares, onde o ensino deve ser tratado com maior diversidade, com flexibilização curricular, favorecendo essas abordagens.

Para Nassar et al (2008) “uma nova ordem já vem sendo exigida no ensino”, em que a prioridade é formar um indivíduo especializado, capaz de atuar ativa e criticamente para o desenvolvimento de um mundo sustentável. Essa nova ordem se resume em conceitos educacionais como: contextualização, interdisciplinaridade, competências e habilidades. Po-

rém, sem que haja a compreensão plena desses objetivos, colocá-los em prática, torna-se mais difícil do que simplesmente propô-los. Para que essa prática aconteça, é preciso que se encontrem outras metodologias de ensino/aprendizagem e que haja uma modificação de hábitos no processo educativo. Além disso, é necessária uma quebra de valores que promova uma nova postura. A nova postura que a escola deveria assumir se mostra “insegura no que diz respeito aos novos conceitos educacionais, encontrando-se múltiplas barreiras como as de ordem material, pessoal, institucional e gnoseológica. Entretanto, tais barreiras podem ser ultrapassadas pela vontade de criar, de inovar, de ir além do que se vê” (FAZENDA, 2005, p. 18).

DESAFIOS PARA A “ESCOLA DO FUTURO”

As aulas expositivas tradicionais se apresentam, na atualidade, como um modelo desgastado e reducionista de ensinar, uma vez que não conseguem abranger toda a complexidade, tanto do tema abordado, quanto das vivências trazidas pelos alunos. O “estudar apenas por estudar” reflete a falta de motivação dos alunos, que dificilmente percebem a aplicabilidade dos conhecimentos com os quais entram em contato durante as aulas. Esse fato dificulta a formação do cidadão ativo, crítico e reflexivo que a escola procura formar através do processo educativo. Freire (1996) diz que a transformação da experiência educativa em puro treinamento técnico, ocasiona uma perda do que existe de fundamentalmente humano no exercício formador: o seu caráter educativo.

Para Tomazi & Júnior (2004) o mais importante é fazer com que os alunos pensem sobre os problemas de nosso tempo, em que não deveriam participar de um sistema educativo que encurre, desde o princípio, a criatividade, a curiosidade e o desejo, fomentando a competitividade, a obediência e a aceitação acrítica. A cidadania plenamente exercida não pode conviver com passividade e submissão, pois exigem do sujeito o raciocínio e a capacidade de interpretar os conhecimentos dos fenômenos que nos cercam e um posicionamento político com relação aos interesses que estão sendo defendidos. Para formar um aluno que exerça a sua cidadania, é preciso que a escola fomente nele a habilidade de não apenas aceitar o que lhe foi proposto, mas sim analisar e criticar as propostas para, assim, chegar à melhor solução possível, participando do constante processo de construção

do seu conhecimento. Segundo Freire (1979) a educação deveria estimular a opção e afirmar o ser humano como ser humano e não como um simples objeto do meio, no qual quando se instiga o ser humano a desenvolver uma consciência crítica e um espírito de transformação seria possível que ele transformasse a realidade em que se encontra.

Desenvolver a vontade de estudar nos alunos é um dos desafios que os professores encontram. Uma das formas de se fazer isso é articular a dimensão teórica e prática dos conhecimentos adquiridos, dando a base do ensino para que o aluno possa desenvolver sua autonomia intelectual, criando, assim, um indivíduo capaz de enfrentar a vida.

Linhares (2004) esclarece que autonomia intelectual é uma competência que se desenvolve de maneira diferenciada em cada indivíduo de acordo com a capacidade. A maior dificuldade é que cada professor deve debruçar-se sobre o estado de autonomia intelectual e realidade de cada aluno para poder ajudá-lo a partir do estágio em que ele se encontra. Freire (1979) questiona do porquê das escolas não estabelecerem uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles possuem como indivíduos.

Segundo Tomazi & Júnior (2004), professores, pedagogos e autoridades educacionais estão presos a metodologias do passado, continuando a tratar os alunos, enquanto jovens, como um problema para a escola. Um dos objetivos da escola seria o adestramento desses jovens na aquisição de informações e conhecimentos, em que essa prática transformaria o jovem em um simples objeto da educação. O velho modelo de escola não se expressa apenas nessa inadequação de métodos, mas também na forma de se relacionar com os jovens.

Abramo (1997) cita que hoje em dia existe uma dificuldade de se considerar o jovem como sujeito efetivo na sociedade brasileira, mesmo quando existe essa intenção. Num contexto histórico que reduz o jovem a um “problema social”, percebe-se uma tendência a classificá-los como pessoas incapazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros sujeitos, de contribuir para a solução de problemas sociais. Isso coloca o jovem constantemente não no lugar do sujeito, mas do assujeitado. Isso significa dizer que “quase sempre os jovens estão relacionados ao tema da cidadania como privação e expressão de denúncia, e quase nunca como sujeitos capazes de

participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos” (ABRAMO, 1997, p. 77-78). Usar uma lógica negativa para focalizar a questão do jovem, entendendo-o apenas como um problema social, ignora toda a complexidade do processo social e biológico de transformação representado pela adolescência. Tida apenas como um período de transição, a adolescência é desconsiderada como um momento significativo, não apenas para a formação do sujeito, mas, também para ação desse sujeito que, em um processo dialético, sofre a ação do meio ao mesmo tempo em que age sobre ele. A juventude é pensada como uma fase na qual ocorre o processo de desenvolvimento social de capacidades e ajustes aos papéis adultos. As falhas ocorridas nesse desenvolvimento constituem temas de preocupação social, observando-se apenas os pontos negativos e quando não ocorre o desenvolvimento, os jovens ficam à margem da sociedade.

Os alunos vão à escola porque sabem que precisam do conhecimento adquirido se quiserem “ser alguém” na vida, ou seja, vão à escola apenas para adquirir o conhecimento, se tornando alguém submisso e passivo diante da sociedade. Contudo, o mero fato de adquirir conhecimentos não é suficiente para que a escola forme um cidadão capaz de transformar o seu meio, no qual o conhecimento não se restringe apenas à sala de aula. Compreendendo o contexto escolar como um meio de participação que deve ser construído com a presença do corpo discente, é fundamental que os alunos estejam motivados a estarem na escola como sujeitos ativos, participando, desde cedo, do processo de transformação do mundo contemporâneo.

Para Freire (1979) é necessário dar oportunidade para que os alunos sejam eles mesmos, sendo que, a educação deveria ser desinibidora e não restritiva. Um educador que restringe os educandos a um plano simplista impede-os de criar. O aluno não deveria repetir o que o professor diz na sala de aula, porque assim ele seria domesticado e não expressaria a sua própria opinião. Isto significaria considerar o sujeito como instrumento. O sujeito não é um instrumento. Ele é um ser humano, e como ser humano, que se encontra inserido em um processo histórico, possui suas próprias interpretações sobre o mundo.

O PAPEL DA ESCOLA PARA O FUTURO

Apesar da “função social da escola ser educar, sobretudo, para o mundo do trabalho” (TOMAZI & JÚNIOR, 2004), a realização pessoal não passa apenas pelo trabalho, mas por um bem estar social, afetivo, etc. Essa compreensão complexa do educando não é assumida e nem assimilada por grande parte dos profissionais da educação, os quais, geralmente, reduzem a finalidade do processo educativo ao domínio de esquemas simplistas do trabalho. Todavia, deve existir uma clareza no que diz respeito a cidadania, onde ela assume um caminho de ida e volta, isto é, ela concede direitos, mas ao mesmo tempo exige deveres.

A escola de hoje tem um papel que vai além de ensinar conteúdos pré-estabelecidos. O Parecer nº 9 do CNE/CP, aprovado em 8/5/2001, do Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores de educação básica, em nível superior, aponta para o sentido do contexto escolar, uma vez que:

“reforça-se a concepção de escola voltada para a construção de uma cidadania consciente e ativa, que ofereça aos alunos as bases culturais que lhes permitam identificar e posicionar-se frente às transformações em curso e incorporar-se na vida produtiva e sociopolítica. Reforça-se, também, a concepção de professor como profissional do ensino que tem como principal tarefa cuidar da aprendizagem dos alunos, respeitada a sua diversidade pessoal, social e cultural. Novas tarefas passam a se colocar à escola, não porque seja a única instância responsável pela educação, mas por ser a instituição que desenvolve uma prática educativa planejada e sistemática durante um período contínuo e extenso de tempo na vida das pessoas. E, também, porque é reconhecida pela sociedade como a instituição da aprendizagem e do contato com o que a humanidade pôde produzir como conhecimento, tecnologia, cultura.”. (Conselho Nacional de Educação, Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31)

Então, é necessário que a escola ultrapasse essa visão tradicional, ressignificando-se enquanto um local que efetivamente eduque para o exercício da cidadania. Essa educação, entretanto, não deve se restringir a uma gama de conteúdos específicos que sejam contemplados apenas em uma disciplina curricular. Por isso, a abordagem interdisciplinar do conhecimento se apresenta como uma ferramenta fundamental para que a prática da cidadania aconteça no ambiente escolar e não fique restrita a ele.

Tomazi & Júnior (2004) retratam a importância dos professores refletirem acerca dos elementos que constituem os imaginários sociais sobre jovens e que, conseqüentemente, balizam a maneira como os educadores lidam com seus alunos. É importante que os professores revejam como compreendem a relação entre seus fazeres e os fenômenos de socialização e construção das futuras gerações de cidadãos.

Para Saviani (2008) o novo modelo de escola leva a entender que a mesma deve criar métodos sofisticados: escolas mais bem equipadas, menor número de alunos em classe, maior duração da jornada escolar (atividades extraclasse). Podendo chegar a se tratar de uma escola mais agradável, onde esse novo modelo de escola poderia ser capaz de despertar o interesse dos alunos, de estimulá-los à iniciativa, de permiti-lhes assumir ativamente o trabalho escolar e ao mesmo tempo participar da constante construção do seu próprio conhecimento. Dayrell (2003, p. 167) cita que a maioria das instituições se mostram insensíveis para com as realidades que seus alunos vivenciam fora de seus domínios. Essa insensibilidade poderia ser considerada um dos porquês que explica o fato dos alunos estarem tão distanciados das escolas. Para Dias (2005), a não obtenção de resultados satisfatórios, pela parte dos alunos, nos exercícios propostos e o baixo desempenho na linguagem escrita e oral, podem ser resposta de que o universo proposto na escola não é o universo necessário aos alunos.

Segundo Libanio (1995) existe uma amplitude de espaços onde os jovens podem exercer uma cidadania, podendo ser desde os movimentos estudantis, passando por associações políticas até a uma grande escala de grupos de lazer, grupos musicais, grupos de artes, grupos de teatros, clube de esportes, movimentos religiosos, ecológicos e pacifistas. Os motivos que levam os jovens a não exercerem a sua cidadania são muitos, mas vale cita a profunda decepção com a realidade política e social do meio em que se encontram.

Vilela (2007) esclarece em seu artigo a complexidade da questão entre currículo e relações de poder, que deveriam levar os educadores a tomar consciência e a entender as conexões entre o que se passa na sala de aula (entre o que se ensina e as relações interpares ali estabelecidas) e o que é produzido fora da escola, isto é, as relações de poder da sociedade, em que os jovens se encontram, são mais amplas, desiguais e estruturais.

DESENVOLVENDO A VONTADE DE ESTUDAR NOS ALUNOS

Um dos questionamentos que Linhares (2004) propõe para professores é sobre “o que faz com que não haja a produtividade que se espera por parte dos alunos?”. A resposta, segundo o autor, varia em função dos envolvidos no processo de educação. Os alunos culparão o professor, o professor culpará os alunos e os administradores culparão os dois. Quando isto acontece, só há um caminho: que todos concordem que são todos culpados, ou que nenhum é culpado mesmo. Então o caminho fica fácil: estudar formas novas de uso do tempo da sala de aula.

Para Linhares (2004), os professores devem realizar um conjunto de reflexões. A primeira delas: o modo como estão trabalhando pressupõe que os alunos gostam de estudar e sabem estudar. Entre gostar e saber há uma relação de dependência. Ele não poderá gostar, se ele não souber estudar (entender o conteúdo). Saber estudar é, pois, o ponto de partida da mudança do espírito da sala de aula.

Segundo Linhares (2004) autonomia intelectual seria a capacidade de enfrentar a busca de conhecimento de um assunto, tema, disciplina, corpo de conhecimento, sabendo orientar-se dentro de uma lógica coerente. Tomazi e Júnior (2004) esclarecem que o espaço da autonomia só é possível numa relação entre sujeitos. Conhecimento não deveria ser privilégio de um, mas sim de um grupo que o compõe.

Demonstrar as disciplinas, através da experimentação, da vivência poderia fazer com que a aula se tornasse interessante, o suficiente para que o aluno tenha a vontade de aprender sobre o experimento e se aprofundar no assunto, mas apenas isso não é o suficiente. Trabalhar a criatividade dos alunos deve ser também um dos objetivos dos professores, mas, como desenvolver essa criatividade? Fazendo com que o problema demonstrado se torne do aluno, desafiando-o, instigando-o a buscar respostas para o que lhe foi proposto. Quando houver erros, o professor deve mostrar ao aluno onde está o erro e tentar fazer com que o aluno descubra o porquê errou. Isso também faz com que o aluno construa o seu próprio conhecimento. Para Freire (1979), o homem, sendo jovem ou não, deveria ser o sujeito da sua própria educação e não objeto dela. Daí, a importância da participação do aluno na construção do seu próprio conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ferreira (2008) diz que a relação entre cidadania e educação pode se resumir àquilo que estabeleceu a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do adolescente: educar para o exercício da cidadania. Devendo então, a escola exercitar uma cidadania na educação, em que os alunos participariam ativamente da escola, onde os próprios alunos propusessem novas formas de ensino/avaliação, pois um jovem pode saber o que quer.

O aluno não deveria ser um mero espectador. Ele deveria ter a participação no processo de ensino, para que ele desenvolva a sua identidade, ou seja, o sentimento de pertencimento à escola. Para Krawczyk (2005) “a educação não constitui a cidadania, mas sim uma condição indispensável para que a cidadania se constitua”.

Segundo Libanio (1995) quanto mais participativa a escola fosse, maior seria a formação os alunos para a cidadania. Enfim, o ambiente em que o aluno vive, as conversas que ele ouve e de que participa, as relações que eles estabelecem, poderiam ir formando ou deformando a consciência de cidadania.

A formação de cidadania implica em uma visão e em uma atitude crítica em relação à sociedade, na qual a atitude acrítica deformaria a realidade pelo simples fato de ocasionar a passividade e facilitar a propagação irrefletida das ideologias dominantes.

O aluno do ensino médio, em geral, só desenvolve o gosto por algo, se o que está sendo proposto for compreensível para ele e tiver alguma aplicabilidade, então, para que o conteúdo ensinado na escola se torne compreensível e atrativo, é preciso que esse mesmo conteúdo chame a atenção dos alunos de uma maneira simples e resolva os problemas encontrados em suas vidas.

Descobrir e desenvolver as habilidades de um aluno não é uma tarefa fácil, porém necessária para que se tenha cidadãos aptos, conscientes, para construir um mundo melhor e fazer com que o modo de vida da sociedade se torne sustentável. Para facilitar a descoberta e o desenvolvimento, os professores deveriam “aprender os modos pelos quais os jovens constroem suas experiências” (DAYRELL 2003, p. 156-157).

Segundo Linhares (2004) os processos devem ser contínuos para

que haja o verdadeiro desenvolvimento das habilidades. Uma habilidade só pode ser conseguida com muito exercício e com muita repetição. A importância da habilidade reside no fato de que ela reduz drasticamente a exigência da atenção na sua execução. Se uma habilidade for bem trabalhada, depois de um tempo, um determinado exercício será feito automaticamente, se ele conseguir elevado nível de habilidade. Entretanto, o papel do ensino não pode ser reduzido ao simples treinamento de habilidades práticas.

Desenvolver projetos durante o ano letivo e não somente em ocasiões específicas, faria com que o aluno desenvolvesse a habilidade de criar. O aluno deveria ter a visão de que ele está na escola para aprender, e que é praticamente impossível aprender sem errar. O professor deve buscar desenvolver a capacidade de experimentar, de arriscar, de fazer diferente dos outros nos alunos (VILELA, 2007). Cada aluno possui sua própria capacidade, e vive entre dúvidas e incertezas, as quais no processo de ensino/aprendizagem deveriam fazer com que cada aluno construísse a sua própria história, criando, assim, a sua identidade enquanto um sujeito participante de um todo (DIAS, 2005, p. 41).

Segundo Vilela (2007) a escola deveria criar condições para que sejam desenvolvidas atitudes de respeito a opiniões e visões de mundo diferentes. Assim, ela deve tomar como princípio o fortalecimento de cada forma particular de pensar e de agir; o despertar da esperança de que cada pessoa, independentemente de suas particularidades (cor, raça, culturas, gênero etc.) e o reconhecimento e a legitimação de seu direito à vida e à participação na sociedade. Deve também desenvolver o espírito de solidariedade e de tolerância como princípio básico, capaz de defender a formação da personalidade.

Segundo Tomazi & Júnior (2004) os jovens, de hoje, estão muito mais comprometidos com a palavra de ordem “sem medo de ser feliz” sendo o aqui e agora que tem importância. Meninos e meninas, conversando alegre e irreverentemente nos corredores e nas salas de aula de escolas, não expressam apenas uma “despedida do futuro” ou uma postura de “quem não tem compromisso com nada”. Pelo contrário, expressam uma postura mais ativa e bem menos alienantes do que as políticas tradicionais e os esquemáticos e empobrecidos manuais de educação. Apontam para a necessidade de uma redefinição de escola, tornando-a capaz de ser um espaço de práticas sociais saudáveis, estimuladoras da aprendizagem e socializadoras

de conhecimentos aplicáveis, e sendo por isso mesmo se tornam prazerosas e potencializadoras de momentos felizes.

Para Saviani (2008) o professor deveria estimular a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da sua iniciativa e do favorecimento do diálogo dos alunos entre si e consigo mesmo, onde isso seria constituído como uma prática social. Esta prática social, só poderia ser possível de se alcançar com a adoção de novas metodologias de ensino, levando em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico dos mesmos, onde o diálogo não poderia deixar de valorizar a cultura específica de cada aluno. Ensinar a leitura e a escrita aos alunos de suas realidades poderia ocasionar em vivência da prática social por parte de cada um. Para Dayrell (2003) deveria existir políticas públicas que garantissem espaços e tempos para que os jovens pudessem se colocar de fato como sujeitos e cidadãos, com direito a viver plenamente a juventude. Essas novas metodologias não deveriam perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos.

O que vem acontecendo nas escolas é que o corpo docente toma as decisões em conselhos, reuniões e assembleias sem a participação do corpo discente, deixando os alunos de fora das decisões tomadas. Os assuntos tratados nesses conselhos, reuniões e assembleias dizem respeito à comunidade escolar, inclusive ao corpo discente. Muitas das vezes, o corpo docente não repassa as deliberações ocorridas para o corpo discente, o que gera a desinformação por parte do corpo discente. Para Linhares (2004) “Todo aluno tem o direito de saber o que vai fazer, porque vai fazer e quando vai fazer”. Existem alguns professores que se acham superiores aos alunos.

Para Freire (1996) os professores não deveriam falar aos alunos de cima para baixo, como se fossem portadores da verdade a ser transmitida a eles. Se o aluno é discriminado pelo professor, este não poderá escutá-lo claramente e quando não se escuta, não é possível falar com ele, mas, apenas, para ele. A desconsideração total pela formação integral do ser humano e a sua redução a puro treino fortalecem a maneira hierarquizada vertical. Entretanto, “é escutando os alunos que se aprende a falar com eles. Somente quem escuta pacientemente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele” (FREIRE, 1996, p. 121).

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FÁVERO, Osmar et al (Org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007, p. 73-90 (Coleção Educação para Todos).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 009/2001. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena**. Brasília: CNE, 2001.

CORRÊA, V. As relações sociais na escola e a produção da existência do professor. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 128-147.

DIAS, L. S. M. e. Interdisciplinaridade: em tempo de diálogo. In: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 37-46.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, O. et al (Org.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007, p. 155-176 (Coleção Educação para Todos).

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: definição, projeto, pesquisa. In: _____. **Práticas interdisciplinares na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-18.

FERREIRA, L. A. M. **O estatuto da criança e do adolescente**: reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2008. 143 p.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. 79 p. (Coleção Educação e Comunicação; v. 1).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática edu-

cativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p. (Coleção leitura).

KRAWCZYK, N. R. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2009.

LIBANIO, J. B. **Ideologia e cidadania**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1995. 118 p. (Coleção Polêmica).

LINHARES, Edgar. **Autonomia intelectual**. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=7&texto=205>>. Acesso em: 05 nov. 2009.

MARTINS, C. H. S. Cultura urbana e educação: o que a escola tem a ver com isso? In: SILVA, R. M. da C. (Org.). **Cultura popular e educação**. Brasília: MEC, 2008. p. 57-63. (Salto para o Futuro).

NASSAR, A. B.; ALMEIDA, J. F.; BASSALO, J. M. F. A física e os novos rumos da engenharia na Amazônia. **Revista Brasileira de Ensino de Física**. São Paulo, v. 30, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2009.

MENEZES FILHO, Naércio. A escolaridade continua a aumentar no Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, p. 1-3, nov. 2009.

SAVIANE, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 91 p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo; v. 5).

SEVERINO, A. J. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

88392000000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 nov. 2009.
TOMAZI, N. D.; JÚNIOR, E. L. Uma angústia e duas reflexões. In: CARVALHO, L. M. G. (Org.). **Sociologia e ensino em debate**: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí: Unijuí, 2004. p. 61-75.

VILELA, R. A. T. Críticas e possibilidades da educação e da escola na contemporaneidade: lições de Theodor Adorno para o currículo. **Educação em revista**, Belo Horizonte, n. 45, jun. 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2009.

Recebido em / Received on / Recibido en 25/02/2011
Aceito em / Accepted on / Acepto en 20/10/2012